



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

Ao Senador
Vital do Rêgo Filho
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras

Ref.: Relatório Final da CPI da Petrobras

Senhor Presidente,

Valho-me do presente expediente para expor e requerer o que segue:

1. Por meio do Requerimento nº 302, de 2014, o Senado Federal criou a presente Comissão Parlamentar de Inquérito para, no prazo de 180 dias, investigar “irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias”.



Recebido em 11 / 12 / 14
As 10h05 min horas
Dirceu Vieira Machado Filho
As Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito



2. A Comissão foi instalada após decisão da Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), no Mandado de Segurança nº 38.885 – DF.

3. Instalada em 14/05/2014, esta CPI conta com 13 senadores e senadoras titulares e oito suplentes. O prazo inicial para encerramento dos trabalhos da Comissão encerrar-se-ia em 09/11/2014. Entretanto, requerimento de prorrogação foi apresentado em 07/11/2014 e lido em 10/11/2014, indicando novo prazo para encerramento dos trabalhos para 22/12/2014.

4. Duas semanas após a instalação desta CPI no Senado Federal, o Congresso Nacional instalou, em 27/05/2014, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) criada pelo Requerimento nº 2, de 2014, para investigar exatamente os mesmos fatos, ou seja, “investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.” (RQN nº 2/2014). A referida CPMI conta com 32 integrantes, sendo 16 senadores e senadoras titulares e 16 suplentes, além de 16 deputados e deputadas titulares e 16 suplentes.

5. À exceção do Senador Cyro Miranda (PSDB/GO), todos os senadores que integram a CPI do Senado são membros da CPMI do Congresso. Vossa Excelência, inclusive, é o presidente das duas Comissões. O relator da CPMI é o deputado Marco Maia (PT/RS), do meu partido, com quem venho mantendo produtivos diálogos durante todo esse período.





6. Na primeira reunião deliberativa da presente CPI, aprovamos requerimento deste relator solicitando a requisição de delegados da Polícia Federal, e técnicos do TCU, AGU, CGU. O mesmo ocorreu na CPMI. Para assegurar unidade no trabalho, esses órgãos indicaram exatamente os mesmos técnicos para prestar assessoria a esta CPI e à CPMI.

7. Em outras palavras, a CPMI, que é mais ampla por envolver maior número de senadores e deputados, investiga exatamente os mesmos fatos que a CPI específica do Senado, possui o mesmo presidente, os mesmos senadores e os mesmos técnicos. É preciso registrar que, à época da instalação da CPMI, não faltaram vozes sugerindo o encerramento dos trabalhos da CPI do Senado. Ressalte-se, ainda, que os partidos de oposição não vêm participando das atividades da CPI do Senado.

8. Este relator, com o apoio integral desta Presidência, vem envidando esforços para levar a cabo a missão que, honrosamente, me foi conferida por Vossa Excelência e pelos Líderes do Senado. O Plano de Trabalho, aprovado por unanimidade, indicou, de forma específica, a estratégia de investigação.

9. Nos dois primeiros meses (de 14/05/2014 a 16/07/2014), esta Comissão se reuniu onze vezes, aprovou 83 requerimentos, recebeu milhares de páginas de documentos e colheu o depoimento de 16 autoridades.

10. Mesmo com todo esforço empreendido por Vossa Excelência e por este relator, esta Comissão não consegue se reunir desde 17/07/2014. Ou seja, há cinco meses esta Comissão não consegue quórum para desenvolver suas atividades.



[Assinatura manuscrita]



11. A explicação, talvez, seja a intensa atividade da CPMI neste período. Como os fatos são os mesmos, os senadores são os mesmos e os investigados também são os mesmos, por economia processual, as senhoras e senhores senadores preferem concentrar esforços na CPMI.

12. Acrescente-se a isto a decisão acertada de Vossa Excelência, que permitiu o compartilhamento dos documentos recebidos por esta CPI com a CPMI. Ou seja, tudo o que foi investigado por esta CPI está sendo aproveitado pela CPMI.

13. Em 10/12/2014, o relator da CPMI, deputado Marco Maia (PT/RS), apresentou seu relatório final. Como relator da CPI do Senado e integrante da CPMI, concordo integralmente com os termos do relatório do deputado Marco Maia.

14. Os princípios da razoabilidade e da economicidade aplicados ao funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito desaconselham a existência de duas CPIs, conforme consta de decisão do então Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves Filho, na Questão de Ordem do Senado Federal nº 1/2008, de 18/02/2008. O autor da questão de ordem, Senador José Agripino Maia, havia questionado a possibilidade de existência simultânea de comissão parlamentar mista de inquérito com uma comissão apenas do Senado Federal, para investigar o mesmo fato determinado. Essa situação ainda não havia sido enfrentada pela Presidência. Em sua resposta, o Presidente do Senado consignou:

“Não há fundamento constitucional para esta Presidência negar seguimento a eventual requerimento de criação de CPI, desde que atendidos os três requisitos estipulados pelo art. 58, §3º, da Constituição Federal.



9



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

Presentes essas condições, cumpre dar curso ao requerimento, por estrito dever constitucional.

Contudo, há que se ponderar que a racionalidade e a lógica desaconselham a adoção dessa solução, pelas seguintes razões:

a) quando a Constituição prevê a possibilidade de criação de uma comissão parlamentar conjunta entre Câmara e Senado, visa suprir, exatamente, a necessidade de participação de ambas as Casas na investigação do mesmo fato determinado;

b) mesmo antes da atual legislatura, havia a tradição de instalação de comissões mistas para realização de inquéritos conjuntos, de que são exemplos: Ambulâncias (2006), Compra de Votos (2005), Correios (2005), Banestado (2003), Orçamento (1993), PC Farias (1992);

c) a investigação conjunta possibilita economia de esforços e de recursos públicos;

d) configura-se inobservância ao princípio do *non bis in idem* a existência de dois inquéritos sobre o mesmo fato, conforme decidido pelo Superior Tribunal de Justiça no Habeas Corpus nº 44.197;

e) embora não possa suplantiar as disposições constitucionais, o art. 83 do Código de Processo Penal, aplicável subsidiariamente às CPIs por expressa determinação do art. 153 do Regimento Interno do Senado, prevê a aplicação da competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois juízes igualmente competentes, um deles tiver antecedido o outro nos atos do processo.”

Assim, apesar de ter autorizado o funcionamento de duas CPIs, no Congresso e no Senado, por razões de natureza formal, o Presidente do Senado manifestou-se “pela inadequação de tal duplicidade”.

15. À vista de todo exposto, em sintonia com os princípios da razoabilidade e da economicidade aplicados ao funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito, nos termos da decisão do Presidente do Senado na Questão de Ordem nº 1/2008, este relator subscreve integralmente o relatório do deputado Marco Maia apresentado na CPMI da Petrobras, adotando-o como o seu relatório final no âmbito desta CPI do Senado Federal.



Handwritten signature in blue ink.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

Ao ensejo, aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador José Pimentel (PT/CE)

Relator da CPI da Petrobras do Senado Federal

